UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIA YURI OKAMOTO

A DINÂMICA DA AJUDA EXTERNA JAPONESA
ANÁLISE EMPÍRICA SOBRE OS DETERMINANTES DA ASSISTÊNCIA OFICIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DE 1961 A 2015

São Paulo

2018

JULIA YURI OKAMOTO

A DINÂMICA DA AJUDA EXTERNA JAPONESA
ANÁLISE EMPÍRICA SOBRE OS DETERMINANTES DA ASSISTÊNCIA OFICIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DE 1961 A 2015

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientação: Prof. Dr. Pedro Feliú Ribeiro

São Paulo

2018

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Okamoto, Julia Yuri

A dinâmica da ajuda externa japonesa: análise empírica sobre os determinantes da assistência oficial para o desenvolvimento de 1961 a 2015 / Julia Yuri Okamoto ; orientador: Pedro Feliú Ribeiro. – São Paulo, 2018.
51 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

1. Japão 2. Ajuda externa 3. Determinantes da AOD 4. Cooperação internacional 5. Desenvolvimento I. Ribeiro, Pedro Feliú, orient. II. Título.

CDD – 338.91

Aos contribuintes do estado de São Paulo, que possibilitaram meus estudos e pesquisa na USP, e ao *The Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Found (Sylff Association)*, cujo financiamento foi fundamental para que eu pudesse chegar à conclusão dessa dissertação.

Ao Instituto de Relações Internacionais da USP, provedora das bases da minha formação, pela excelência de seu corpo docente e funcionários.

Ao meu orientador, Pedro Feliú Ribeiro, pela parceira inestimável em todos os momentos. E à professora Janina Onuki, por sempre me incentivar a dar um passo além.

Aos amigos do Caeni, com quem compartilhei as melhores experiências da vida acadêmica. E aos eternos amigos, pelo apoio e carinho todos os dias.

Por fim, e mais importante: à minha família, pelo amor incondicional.

ABSTRACT

The purpose of this research is to study Japan's official development assistance (ODA) between 1961 and 2015. Japan International Cooperation Agency (JICA) has cited economic development and poverty reduction in less-developed countries as reasons for providing external aid. However, literature on International Relations is skeptical of humanitarian motives being, on their own, the determinants of donor's level of generosity, pointing out the influence of domestic aspects, international statutes, and political and strategical considerations on explaining aid programs. By using regressive analysis, this research will look for empirical evidence of the relative significance of different variables that explain Japanese external aid. The results show that economic and political-strategic interests exert more influence over Japan's assistance program than the level of poverty or democratic regime in the beneficiary countries. Our estimates also show that Japan tends to focus aid on relatively higher income developing countries, less populous countries and countries with lower levels of corruption.

Keywords: Japan, foreign aid, ODA determinants, international cooperation, development.

RESUMO

Este trabalho busca estudar a alocação da assistência oficial para o desenvolvimento (ODA) do Japão no período de 1961 a 2015. A Agência de Cooperação Internacional japonesa (JICA) tem apontado como motivações da ajuda externa o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza em países menos desenvolvidos. A literatura em Relações Internacionais, no entanto, enxerga com ceticismo que os valores humanitários sejam, por si só, determinantes do nível de generosidade do doador, apontando para a importância de elementos domésticos, de fatores normativos internacionais e de considerações político-estratégicas na explicação dos programas de ajuda. Utilizando análise regressiva, esta pesquisa buscará evidências empíricas da importância relativa de diferentes variáveis explicativas da ajuda externa japonesa. Os resultados mostram que os interesses econômicos e político-estratégicos exercem maior influência sobre o programa de assistência do Japão que o nível de pobreza ou o regime democrático nos países beneficiários. Nossas estimativas indicam, ainda, que o Japão tende a concentrar a ajuda em países em desenvolvimento de renda relativamente mais alta, menos populosos e com menores índices de corrupção.

Palavras-chave: Japão, ajuda externa, determinantes da AOD, cooperação internacional, desenvolvimento

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Revisão histórica.....	8
i. De meados da década de 1950 à metade da década de 1970: Busca pelo desenvolvimento econômico.....	10
ii. Década de 1970 a 1990: Foco na segurança abrangente e na redução da pobreza.....	13
iii. Década de 1990: Promoção da democracia e da economia de mercado.....	15
iv. Século XXI: Solução de questões globais com ênfase na segurança humana.....	18
3. Revisão da literatura e definição das hipóteses.....	22
4. Método e dados.....	27
Variável dependente.....	27
Variáveis independentes.....	27
Interesse do doador.....	28
Necessidade dos destinatários.....	29
Desempenho político dos destinatários.....	30
Gaiatsu.....	31
Variáveis de controle.....	32
Limitações de pesquisa.....	32
Estatística descritiva.....	33
Modelo econométrico.....	34
5. Resultado e análise.....	35
6. Conclusão.....	40
Referências bibliográficas.....	42
Apêndices	
Apêndice 1. Tabela de variáveis.....	48
Apêndice 2. Testes de diagnóstico do modelo.....	49
Apêndice 3. Modelo Tobit.....	50
Apêndice 4. Resíduos vs. Ajustados - Tobit.....	51

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observaram-se mudanças significativas na abordagem da assistência internacional para o desenvolvimento. A introdução, em 2000, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, em 2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pela comunidade internacional colocaram em voga discussões sobre qual nível de financiamento e quais modificações práticas contribuirão para a redução da pobreza em países periféricos. Nesse contexto, a assistência oficial para o desenvolvimento (ODA¹) possui particular importância, apresentando-se como um instrumento que os países mais avançados podem empregar para aliviar a escassez de recursos, reduzir as desigualdades e apoiar as reformas políticas no mundo em desenvolvimento (Collier e Dollar 2004).

Os benefícios dessa modalidade de ajuda externa, no entanto, têm sido submetidos a um rigoroso escrutínio. Diversos estudiosos argumentam que grande parte da ajuda é desperdiçada devido ao fraco desenvolvimento institucional, à corrupção e as ineficiências burocráticas dos países receptores, incrementando o consumo público improdutivo (Alesina e Dollar 2000). Nesse sentido, é importante questionar se o padrão de ajuda concedido pelos países industrializados também contribui para essa falha. Os programas de ajuda externa dos países desenvolvidos são motivados pela redução da pobreza? Ou, em vez disso, seus fluxos de ajuda seriam ditados, em grande parte, por interesses que pouco têm a ver com recompensar boas políticas e incentivar regimes mais eficientes nos países em desenvolvimento?

Tendo em vista essa problemática, neste estudo examinaremos o padrão de alocação de ajuda do Japão, país que desenvolveu um programa particularmente significativo de ajuda externa. Tendo sido um beneficiário após a Segunda Guerra Mundial, o Japão tornou-se um dos maiores doadores de assistência oficial para o desenvolvimento em um curto período de tempo e, atualmente, a ODA coloca-se como

¹ Neste estudo, "ODA" e "ajuda externa" são utilizados de forma intercambiável, embora os termos não tenham exatamente o mesmo significado. O Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (DAC/OECD) define a ODA como subsídios, bens e assistência técnica para países em desenvolvimento que são (1) empreendidos por governos e agências internacionais, (2) com o objetivo principal de promover o desenvolvimento e o bem-estar dos países, e (3) em termos concessionais de pelo menos 25%. A ajuda externa, por outro lado, tem implicações mais amplas em termos de formas, propósitos e condições de assistência. Embora importante para outros fins, a distinção é de pouca relevância para os objetivos desta pesquisa e não há uma tentativa particular de separar os dois termos.

uma das principais ferramentas de sua política externa. Apesar de uma recessão prolongada que tem prejudicado a capacidade fiscal do Estado, a ODA líquida do Japão foi de US\$11,5 bilhões em 2017, tornando-o o quarto maior país doador em termos absolutos dentro do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e o maior doador da Ásia.

A assistência japonesa, no entanto, não está isenta de críticas. Tendo seu início em 1954, o programa de ajuda japonês foi utilizado como um instrumento importante para o restabelecimento de seu comércio e investimentos nas décadas de 1950 e 1960 (Ozawa 1989, Tisch e Wallace 1994). E alguns autores mais recentes (ver, por exemplo, Cooray e Shahiduzzaman 2004) afirmam que a política de ajuda japonesa ainda é simplesmente uma continuação de sua estratégia de recuperação econômica no pós-guerra, com o objetivo de garantir a prosperidade e segurança domésticas.

Nesse sentido, diversos estudos empíricos revelam que o comportamento alocativo da ajuda japonesa é comercial e geopoliticamente motivado. Alesina e Dollar (2000) examinaram o período de 1970 a 1994 e argumentaram que o Japão não recompensa particularmente as boas políticas e instituições e é menos reativo que os outros doadores em relação ao nível de renda dos países beneficiários, importando-se, principalmente, com suas próprias ex-colônias e com a convergência de votos na Assembleia Geral das Nações Unidas. Canavire et al. (2005) cobriram o período de 1999 a 2002 e concluíram que as necessidades econômicas dos receptores não exerceram influência relevante na alocação da ajuda japonesa, sendo esta moldada principalmente por interesses relacionados ao comércio.

Por outro lado, para Isopi e Mavrotas (2006), o processo de alocação de ajuda do Japão parece ser impulsionado por uma combinação de fatores altruístas e interesses próprios. Os autores realizaram a análise de alocação cobrindo 20 doadores e 176 receptores no período de 1980 a 2003 e descobriram que o Japão figura dentre os doadores que recompensam boas políticas e um bom ambiente institucional. Os componentes social e econômico foram identificados como importantes no processo de alocação, enquanto variáveis como renda per capita, transferência de armas e mortalidade infantil não exerceram influência relevante sobre os fluxos japoneses de ajuda. Cooray e Shahiduzzaman (2004) também concluíram similarmente, apontando

que o Japão se preocupa com a situação democrática do país beneficiário, ao mesmo tempo em que leva em conta seus próprios objetivos comerciais e de segurança.

Não há, portanto, consenso na literatura sobre o padrão de alocação da ajuda japonesa. Tendo isso em vista, o presente estudo propõe-se a analisar o desenvolvimento do programa de ODA do Japão a partir de duas frentes: do doador e dos países receptores. Usando dados em painel que abrangem 153 países beneficiários, buscamos identificar quais são os principais determinantes da alocação japonesa no período de 1961 a 2015, sendo 1961 o ano que marca a entrada do Japão no Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OECD e 2015 o ano mais recente com dados disponíveis. Paralelamente, investigamos como sua política de ajuda transformou-se ao longo do tempo, verificando as mudanças na importância relativa das motivações políticas, econômicas e humanitárias na determinação do programa de ajuda.

O texto encontra-se organizado da seguinte forma: a próxima seção dedica-se à a revisão histórica da ajuda externa japonesa. Em seguida, analisamos diferentes estudos na literatura em Relações Internacionais sobre os determinantes gerais da assistência oficial para o desenvolvimento e do Japão em especial; a partir desses, são definidas as hipóteses de pesquisa. Na seção subsequente, discutimos o design, os dados e a metodologia de pesquisa. Dedicamos última seção à análise e discussão das principais descobertas a partir de uma perspectiva geral e por período. Por fim, concluímos com um resumo dos resultados.

2. REVISÃO HISTÓRICA

Embora hoje em dia o Japão seja considerado um dos principais doadores de ODA, o país costumava ser um beneficiário de ajuda externa. De 1946 a 1951, programas americanos como a Ajuda Governamental em Socorro das Áreas Ocupadas (GARIOA) e a Reabilitação Econômica em Áreas Ocupadas (EROA) forneceram assistência emergencial para a recuperação da devastação no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. O Japão também recebeu empréstimos do Banco Mundial de 1953 a 1966.

De acordo com Tsunekawa (2014), quatro fases distintas, ainda que sobrepostas, são discerníveis na evolução da política de assistência oficial para o desenvolvimento do Japão em termos de objetivos e princípios básicos: (1) primeiramente, de meados da década de 1950 à metade da década de 1970, a ajuda externa voltou-se para a busca pelo desenvolvimento econômico do próprio Japão; (2) entre 1970 e 1990, mudou-se o foco para a redução da pobreza em países menos desenvolvidos; (3) posteriormente, na década de 1990, a ajuda externa foi marcada pela promoção da democracia e da economia de mercado; (4) e, finalmente, a partir do início do século XXI, observou-se maior comprometimento pela solução de problemas globais.

Gráfico 1 – Relação do ODA bruto com o PIB per capita do Japão de 1961 a 2015

Fonte: Autoria própria, com base em dados da OECD (2018) e do Banco Mundial (2018)

Obs: As faixas temporais do gráfico estabelecem os diferentes períodos do desenvolvimento do programa de assistência do Japão, de acordo com a literatura previamente levantada.

I. DE MEADOS DA DÉCADA DE 1950 À METADE DA DÉCADA DE 1970: BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Figura 1 - Mapa da distribuição de ODA bruto do Japão no período de 1961 a 1970 (em milhões de US\$, a preços constantes de 2014)

Fonte: Autoria própria, com base em dados da OECD (2018)

Em meados da década de 1950, as reparações de guerra constituíram uma parte importante da cooperação internacional do Japão. Seis anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o país foi aceito de volta à comunidade internacional com a assinatura do Tratado de Paz de São Francisco² e obrigado a compensar os países que haviam sido ocupados pelo exército japonês durante o conflito. Reparações foram pagas a Myanmar, Filipinas, Indonésia e Vietnã do Sul durante os anos 1955 a 1977, no valor de

² O Tratado de São Francisco (1951) serviu para finalizar oficialmente a Segunda Guerra Mundial, dissolveu o império colonial japonês e tratou das indenizações aos civis dos países Aliados e aos prisioneiros de guerra vítimas de crimes de guerra cometidos pelas Forças Armadas japonesas. O acordo também oficializou a recuperação da soberania do Japão e marcou sua volta ao cenário internacional como ator em 1952, quando entrou em vigor.

aproximadamente US\$ 1,5 bilhão (Kato 2016) e assistência econômica adicional foi prestada à Tailândia, Coreia do Sul, Cingapura e Malásia.

De acordo com alguns autores, os objetivos dessa política iam muito além do mero cumprimento com as obrigações previstas pelo tratado, incluindo restabelecer a reputação do Japão como uma nação pacífica perante a comunidade internacional (Akiyama e Nakao 2005) e alcançar seu próprio desenvolvimento econômico utilizando-se de assistência vinculada³ para promover a produção e a exportação por empresas privadas (Koppel e Orr 1993, Rix 1993, Lancaster 2008). Paralelamente, outras formas de assistência começaram a se desenvolver gradualmente. A cooperação técnica foi iniciada em 1954, com a adesão do Japão ao Plano Colombo⁴, tendo sido o primeiro empréstimo feito à Índia, em 1958.

Como pode ser visto na Figura 1, devido à acessibilidade dos mercados e ao patrimônio cultural partilhado, a Ásia continuou a ser o principal destinatário de ajuda externa – fato bem recebido pelos Estados Unidos, para quem o desenvolvimento econômico e a estabilidade política dos países não comunistas no Sudeste Asiático eram uma questão crítica no contexto da então Guerra Fria (Hatano 1994 apud Kato 2016). Ao mesmo tempo, a concentração dos benefícios na Ásia garantiu o fornecimento estável de matérias primas à incipiente indústria japonesa e foi considerada, assim, a chave para a restauração e crescimento econômico do Japão nos anos seguintes (Tsunekawa 2014).

Este período também registrou o rápido progresso do sistema de ODA do Japão, com o desenvolvimento de diversas entidades burocráticas para administrar a concessão de fundos. Em 1962 foi criada a Agência de Cooperação Técnica Ultramarina (OTCA), que, alguns anos mais tarde, em 1974, viria a se fundir com o Serviço de Emigração para formar a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

³ A assistência vinculada funciona como um crédito de exportação para o país doador e reduz o valor total da ajuda, porque o destinatário não está livre para usar os recursos financeiros fornecidos para comprar bens e produtos melhores e mais baratos disponíveis nos mercados internacionais ou domésticos. Muitas vezes, os preços das importações do país doador serão de 20 a 30% acima dos preços do mercado mundial. Além disso, é muito provável que os destinatários sejam forçados a comprar bens que não sejam adequados às suas necessidades e circunstâncias locais.

⁴ O Plano Colombo, estabelecido em 1950, é uma organização regional que incorpora o conceito de esforço intergovernamental coletivo para fortalecer o desenvolvimento econômico e social dos países membros da região Ásia-Pacífico, com foco principal no desenvolvimento de recursos humanos.

Embora a agência de supervisão da OTCA tenha sido formalmente a Agência de Planejamento Econômico, a organização foi governada por um "regime de quatro partes", no qual o Ministério das Finanças, o Ministério do Comércio Internacional e Indústria e o Ministério das Relações Exteriores, além da própria Agência de Planejamento, estiveram envolvidos em operações e gerenciamento de pessoal (Orr 1990, Hashimoto 1999 apud Tsunekawa 2014).

Já no nível global, em 1961 o país tornou-se membro do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (DAC) e, três anos mais tarde, foi admitido junto à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), como o primeiro membro não ocidental. Com a adesão a este exclusivo grupo de democracias industrializadas, os programas de ajuda comercialmente orientados do Japão passaram a ser fortemente criticados, trazendo maiores responsabilidades para o país na área da cooperação internacional.

II. DÉCADA DE 1970 A 1990: FOCO NA SEGURANÇA ABRANGENTE E NA REDUÇÃO DA POBREZA

Figura 2 - Mapa da distribuição de ODA bruto do Japão no período de 1970 a 1990 (em milhões de US\$, a preços constantes de 2014)

Fonte: Autoria própria, com base em dados da OECD (2018)

Na década de 70, diversos choques modificaram o escopo e o propósito do programa de ODA do Japão. O súbito embargo de soja dos Estados Unidos e o primeiro choque do petróleo, ambos em 1973, forçaram o governo japonês a reconhecer as insuficiências de produção de alimentos e de recursos minerais do país. A partir de então, as considerações de interdependência econômica tornaram-se primordiais, e Tóquio passou a direcionar seus fluxos de ajuda para países ricos em matérias primas e nações localizadas ao longo de rotas marítimas. Novos horizontes foram buscados na Europa Oriental e nos países em desenvolvimento do Oriente Médio e das Américas Central e Sul, marcando o início da globalização da ajuda (Yasutomo 1986).

Para além dos choques econômicos, o Japão foi obrigado a repensar e modificar sua política para os países asiáticos, quando, em 1974, o primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka do Partido Liberal Democrata (LDP, 1972-1974) foi recebido com protestos em Bangkok e Jacarta contra a presença excessiva de empresas japonesas no Sudeste Asiático. Frente a isso, uma nova política foi cristalizada no governo de Takeo Fukuda (LDP, 1976-1978), na qual o Japão comprometeu-se a não se tornar uma potência militar e a construir uma relação de confiança mútua com os países do Sudeste Asiático. Com isso, nos anos subsequentes, os fluxos de ODA para a região expandiram-se tanto em volume como em cobertura (Kato 2016).

A década de 1970 também foi uma época em que o *status* do Japão como país desenvolvido e as responsabilidades decorrentes desta posição passaram a ser reconhecidas e sentidas pelo próprio Japão e por outros membros do mundo desenvolvido - especialmente os Estados Unidos, com quem o Japão passou a ter vários problemas.

O primeiro envolvia a questão do compartilhamento de encargos. Havendo se tornado a segunda maior economia mundial em 1968, os Estados Unidos esperavam que o Japão fizesse mais em cooperação econômica e, para atender essa solicitação, o país decidiu dobrar seu orçamento de ODA em 1977. O segundo problema foi o atrito comercial, decorrente dos crescentes déficits comerciais e de pagamentos dos EUA com o Japão. Foi nessas circunstâncias que o Japão decidiu desatar sua ajuda e tornar seus projetos acessíveis a mais países, com exceção dos países do bloco oriental, incluindo especialmente as empresas americanas. Uma terceira questão dizia respeito ao alinhamento com a estratégia geopolítica dos EUA. Sucessivas administrações japonesas decidiram apoiar os países em harmonia com a estratégia dos EUA, como Paquistão, Turquia, Egito e Sudão.

Assim, sob a rubrica de “segurança nacional abrangente”, o Japão passou a integrar objetivos estratégicos e diplomáticos em sua política de ajuda, pondo fim à exclusividade das considerações de ordem econômica.

absolutos de 1991 a 2000, dominando aproximadamente 20% da ODA total fornecida pelos países-membros do DAC (MOFA 2005).

Como fica claro na Figura 3, os países mais beneficiados por essa expansão foram os asiáticos. Refletindo a política do Japão para relacionamentos mais maduros com o Sudeste Asiático, vários projetos de desenvolvimento industrial e um pacote abrangente de desenvolvimento de recursos humanos para os países membros da ASEAN foram lançados. A década de 1980 também viu a expansão da ODA do Japão para a China, que aumentou de forma consistente até os anos 90.

Essas décadas também presenciaram maior interesse na assistência ao desenvolvimento por parte do público e dos meios de comunicação. Cenas trágicas de fome na Etiópia e na ilha de Negros nas Filipinas aumentaram a consciência dos cidadãos para uma abordagem mais sensível às necessidades humanas básicas. Com a crescente pressão da opinião pública para melhorar a qualidade de seus fluxos de ajuda, o Japão passou a direcionar sua assistência para a ênfase no alívio da pobreza nos países em desenvolvimento.

O maior destaque midiático, porém, também levou com que aspectos negativos da ajuda ganhassem visibilidade. A corrupção relacionada ao empréstimo de ienes ao ditador filipino Ferdinand Marcos, a construção de estradas que devastaram florestas tropicais na Malásia e o deslocamento social causado por barragem na Índia deram uma impressão negativa sobre a assistência ao desenvolvimento (Tsunekawa 2014). Especialmente ONGs e estudiosos posicionaram-se contra o governo alegando a vitimização de residentes locais e a destruição ambiental em benefício de corporações japonesas (Rix 1993, Hirata 2002, Arase 2005).

A assistência conferida a governos politicamente opressivos também foi seriamente criticada. O golpe militar em Myanmar em 1988 e o incidente da Praça Tiananmen na China em 1989 forçaram Tóquio a esclarecer sua posição sobre democratização e direitos humanos em relação à sua política de assistência.

O maior revés, no entanto, deu-se no início da década de 1990, com a invasão do Kuwait pelo Iraque. Nesse contexto, a assistência passada a Saddam Hussein demonstrou que, mesmo limitada a projetos não militares, o dinheiro, de caráter fungível, poderia ser utilizado para tal (Koppel e Orr 1993). Ainda, frente à

incapacidade de fazer contribuições militares em pessoal devido a limitações impostas pelo Artigo 9º de sua Constituição pacifista⁶, Tóquio realizou uma contribuição monetária que em si foi depreciada como “muito pequena, muito tardia” pela comunidade internacional, corroborando para fortalecer a impressão acerca do Japão como um país mercantilista e autocentrado (Kato 2016). A partir desse fracasso diplomático, o governo aprovou a Lei Internacional de Cooperação para a Paz (1992), que lhe permitiu enviar suas Forças de Autodefesa para se juntarem às operações de manutenção de paz das Nações Unidas.

Paralelamente, iniciou uma série de esforços para obter maior apoio do público para a ODA no plano interno. Em 1992, o Gabinete japonês aprovou a Carta de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (Carta da ODA), declarando os objetivos, princípios orientadores e prioridades da política de ajuda. De modo geral, a promoção da democracia, os direitos humanos, a economia de mercado e as considerações ambientais em conjunto com o desenvolvimento, além da negação da ajuda para fins militares e para países que desenvolvem armas de destruição em massa foram definidos como princípios norteadores da ajuda externa japonesa (MOFA 1992).

⁶ Em teoria, o rearmamento do Japão no pós-guerra foi proibido pelo Artigo 9º da atual Constituição japonesa (1946), que firma: “O povo japonês renuncia para sempre à guerra, como direito soberano da nação, e à ameaça ou ao uso da força como meio de resolver disputas internacionais”; também declara que “forças terrestres, marítimas e aéreas, bem como outras com potencial bélico, jamais serão mantidas”. Contudo, logo o governo japonês e as Forças Aliadas que ocuparam o Japão de 1945 a 1952 passaram a flexibilizar a interpretação do dispositivo, sob os argumentos de que ele não vedaria ao Japão o direito de se defender de agressores externos, tampouco a manutenção de forças sem “potencial bélico”. Assim, já em 1950 foi criada a “Reserva da Política Nacional”, gradualmente expandida e reorganizada até se tornarem as atuais “Forças de Autodefesa” em 1954 (Auer 1993).

IV. SÉCULO XXI: SOLUÇÃO DE QUESTÕES GLOBAIS COM ÊNFASE NA SEGURANÇA HUMANA

Figura 4 - Mapa da distribuição de ODA bruto do Japão no período de 2000 a 2015 (em milhões de US\$, a preços constantes de 2014)

Fonte: Autoria própria, com base em dados da OECD (2018)

A década de 2000 também registrou diversos desenvolvimentos importantes no que diz respeito à política e à administração de concessão de fundos. A propagação de conflitos militares e crises econômicas na África, bem como a disparidade social e a crescente pobreza na antiga URSS e Europa Oriental nos anos 90, propiciaram a tomada de consciência de que a promoção da democracia ou da economia não basta para alcançar o crescimento econômico ou reduzir a pobreza. Desta forma, a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pela Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000 deixou clara a ênfase na redução da pobreza na assistência internacional.

No entanto, o Japão começou a reduzir sua ODA após uma acentuada desaceleração econômica. O orçamento da assistência na conta geral diminuiu de um

máximo de ¥ 1.167,7 bilhões em 1997 para ¥ 562,1 bilhões em 2012. Medido em dólares, o orçamento começou a diminuir drasticamente em 1996 e, até 2006, o *ranking* do Japão na ODA líquida desembolsado entre os membros do DAC caiu do primeiro para o quinto lugar (MOFA, a cada ano).

A sociedade japonesa também mostrou uma considerável "fadiga de assistência". De acordo com o *survey* anual de opinião pública do Gabinete japonês (*Public Opinion Survey on Diplomacy*), as pessoas que responderam que o Japão deveria "continuar ativamente" a cooperação econômica diminuíram da média anual de 38,8% em 1986-91 para 33,4% em 1992-97 e, finalmente, para 23,8% em 1998-2003. Por outro lado, a parcela dos entrevistados que disseram que a cooperação econômica deveria ser minimizada aumentou de 8,2% para 12,5% e 21,1% nos mesmos períodos (ver Gráfico 1).

Tendo isso em vista, a Carta da ODA foi revisada em 2003 de modo a enfatizar a importância da ajuda para o interesse nacional e tranquilizar o setor privado japonês em meio às críticas crescentes à expansão da parcela não vinculada da ODA (Arase 2005). Assim, embora os princípios da carta de 1992 tenham permanecido os mesmos, "assegurar a segurança e a prosperidade do Japão" foi adicionado como um objetivo de ajuda. A carta de 2003 também consagrou a 'segurança humana' - conceito proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994) para indicar a necessidade de criar resiliência contra riscos negativos, não apenas pela eliminação da pobreza, mas também pelo crescimento econômico sustentável - como um de seus princípios orientadores (MOFA 2004).

Subsequentemente, foram introduzidas importantes alterações em seus órgãos de execução. Em 2003, a JICA foi transformada em uma instituição administrativa independente, adquirindo maior grau de autonomia e flexibilidade na implementação de seus programas, enquanto as funções de planejamento permaneceram dentro do governo. Com esse novo *status* legal e nova liderança, a JICA aumentou sua alocação de recursos para países "frágeis", tipicamente na África. Posteriormente, em 2008, a JICA e os departamentos de empréstimo de ODA do Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC) foram combinados, tornando a nova organização (que manteve o nome de JICA) capaz de lidar com três grandes *modus operandi* sob um mesmo teto: cooperação técnica, subsídios e empréstimos.

Gráfico 2- Public Opinion Survey on Diplomacy: Future of Japan development cooperation

Fonte: Autoria própria, com base em dados do Escritório de Relações Públicas do Gabinete do Japão (2018)

Apesar dos esforços do governo dentro e fora do país, o apoio e o orçamento atribuídos à ajuda externa continuaram a diminuir ao longo da década de 2000 (ver Gráfico 2), devido, em grande parte, à recessão prolongada e ao nível alarmantemente elevado da dívida pública japonesa. Isso contrastou com outros doadores do DAC, que começaram, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, a aumentar seus compromissos de ajuda como parte da luta internacional contra o terrorismo. Apesar da deterioração em termos de quantidade da ajuda japonesa, o novo contexto em que foi atribuída à redução da pobreza o papel de eliminar o terrorismo fez com que a aliança estratégica e a parceria com os EUA se tornassem um dos pilares da ODA do Japão.

Atualmente, tendo lutado contra a deflação por mais de duas décadas, o Japão tem repetidamente perseguido intervenções governamentais na esperança de revitalizar sua economia. Em 2013, o primeiro-ministro Shinzō Abe (LDP, 2006-2007, 2012-presente) embarcou em um processo de adoção de uma nova série de políticas, anunciada como “Abenomics”, que combina a expansão fiscal, a flexibilização monetária e a reforma estrutural. Para além da estratégia de revitalização econômica, o governo também considera a revisão da política de segurança nacional, permitindo o exercício de defesa coletiva e o afrouxamento das restrições às exportações de armas.

Nesse contexto, o Japão revisou a Carta da ODA pela segunda vez em 2015. O novo documento, agora intitulado Carta de Cooperação para o Desenvolvimento, reflete as circunstâncias e abordagens políticas atuais na medida em que estipula a utilização estratégica da ajuda. Primeiramente, embora o princípio de evitar a ODA para propósitos militares tenha sido mantida, foi declarado que, em algumas ocasiões, atividades militares que não sejam de combate, como aquelas relacionadas ao socorro em caso de desastres, devem ser apoiadas. Em segundo lugar, a fim de buscar simultaneamente o desenvolvimento econômico no hemisfério Sul e o crescimento do Japão, a carta preconiza maior colaboração com os atores do setor privado japonês e uma maior participação do conhecimento e da experiência técnica do Japão nos países em desenvolvimento. Por fim, uma visão focada no crescimento econômico é dominante na nova carta. O crescimento é enfatizado como a principal base para combater a pobreza, ao mesmo tempo em que se ressalta que ele deve se dar de forma inclusiva e sustentável (MOFA 2015).

3. REVISÃO DA LITERATURA E DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

De modo geral, a literatura sobre ajuda externa pode ser dividida em duas partes. A primeira estuda os efeitos da ajuda nos países beneficiários e aborda a questão de como administrá-la de forma mais eficaz para atingir os objetivos de desenvolvimento econômico e redução da pobreza. Estudos recentes sobre essa questão incluem Burnside e Dollar (2000), Hansen e Tarp (2001), Clemens et al. (2004), Rajan e Subramanian (2008) e Doucouliagos e Paldam (2009, 2011, 2015).

Dentre algumas das contribuições à literatura, Burnside e Dollar (2000) estudam as interações entre ajuda externa, políticas econômicas e crescimento, e encontram que a ajuda tem um impacto positivo nos países que adotam políticas fiscais, monetárias e comerciais adequadas e estáveis; caso contrário, ela é desperdiçada. Doucouliagos e Paldam (2009, 2011, 2015) apontam que componentes desagregados da ajuda, tais como a redução de dívidas e a ajuda alimentar de emergência, podem beneficiar os países receptores; no entanto, também ressaltam a preponderância de evidências indicando que a ajuda é de pouca importância na geração de crescimento econômico.

A segunda vertente da literatura, por sua vez, centra-se nas motivações subjacentes à ajuda – constituindo o principal interesse desta pesquisa. Entender os objetivos por trás do processo de alocação da ajuda é importante para aprofundarmos nossa compreensão de como ela funciona, pois, se ela é concedida para outros fins que não o desenvolvimento (por exemplo, em prol dos interesses do doador), não surpreenderia que se mostre pouco eficaz na promoção do crescimento e na redução da pobreza na economia beneficiária. Desta forma, é pertinente questionar quais são os principais determinantes na alocação da ajuda externa.

Os estudos sobre os determinantes da ajuda floresceram em um esforço para entender as motivações de algumas nações em financiar programas de investimentos e reestruturação econômica dos países assolados pela Segunda Guerra Mundial. Até a década de 1980, tais estudos dividiam-se entre os que tinham por foco os interesses das nações doadoras e aqueles que olhavam para as necessidades das nações receptoras. Os estudos sob a perspectiva do doador podem ser compreendidos dentro das amplas discussões da teoria realista de Relações Internacionais e concentraram-se em como os doadores estavam perseguindo os seus próprios interesses estratégicos na ajuda externa (Black 1968, Eberstadt 1988). Posteriormente, acadêmicos neorrealistas como Gilpin (1987) passaram a estudar também os efeitos indiretos da ajuda sobre as dimensões econômica e de segurança nacional.

Já os estudos baseados nas necessidades dos receptores enquadram-se na teoria idealista e examinaram como a ajuda poderia ser fornecida baseada em objetivos humanitários (Kegley 1993, Lumsdaine 1993, Cingranelli 1993). Nesse sentido, Olsen (1998) introduziu o conceito de “internacionalismo humano”, ou seja, “a aceitação do princípio de que os cidadãos das nações industriais têm obrigações morais para com pessoas e eventos além de suas bordas” (p. 608).

Posteriormente, uma abordagem combinada entre interesses dos doadores e necessidades dos receptores na ajuda foi encabeçada por McKinlay e Little (1997, 1978a, 1978b, 1979) com uma série de estudos empíricos que se centraram na Alemanha, França, Reino Unido e Estados Unidos. Os resultados de sua análise apoiaram o argumento de que os doadores fornecem ajuda com base em ambas as perspectivas e não exclusivamente uma em detrimento da outra, permitindo examinar como as orientações políticas sobre a ajuda podem mudar ao longo do tempo, enfatizando diferentes interesses. Deste modo, os estudos sobre a ODA passaram a combinar ambas as perspectivas e a examinar múltiplos determinantes da ajuda externa.

Contribuições mais recentes à literatura sob essa perspectiva integrada incluem Alesina e Dollar (2000), Berthélemy e Tichit (2004), Berthélemy (2006) e Hoeffler e Outram (2011). Alesina e Dollar (2000) examinaram a alocação de ajuda de 14 doadores durante o período de 1970 a 1994 e encontraram evidências de que a direção da ajuda é ditada por considerações políticas e estratégicas, principalmente por laços coloniais e alianças políticas, mais do que as necessidades econômicas dos receptores. Já Berthélemy e Tichit (2004) compararam a alocação de ajuda na década de 1980 e 1990 para testar a influência do colapso do regime comunista sobre as escolhas dos doadores e descobriram que o fim da Guerra Fria reduziu o viés em relação aos antigos laços coloniais, para o favorecimento de parceiros comerciais. Além disso, de acordo com os autores, os doadores recompensam os bons resultados da política econômica desde 1990 e a maioria parece prestar atenção à boa governança para tomar sua decisão de ajuda.

Berthélemy (2006) forneceu uma avaliação empírica geral das motivações de ODA utilizando um conjunto tridimensional de dados em painel, combinando as dimensões de doador, receptor e tempo, e encontrou grande heterogeneidade no comportamento dos doadores. De acordo com seu estudo, a Suíça, a Áustria, a Irlanda e a maioria dos países

nórdicos estão entre os mais altruístas, enquanto, em certa medida, os Japão e os Estados Unidos estão entre os mais egoístas.

Por outro lado, Hoeffler e Outram (2011) avaliaram a importância econômica relativa do interesse do doador, da necessidade do receptor e de seu mérito. Seus resultados indicam que todos os doadores bilaterais alocam a ajuda de acordo com seus próprios interesses e com a necessidade do receptor, mas menos de 1% da variação da ajuda é contabilizada pelo mérito, *ceteris paribus*. O Reino Unido e o Japão colocam-se como exceções, destinando mais ajuda a países com maior crescimento, melhores índices de democracia e menos abusos de direitos humanos. De forma similar, Alesina e Weder (2002) não encontraram evidências de que governos menos corruptos recebam mais ajuda externa. Haveria, ainda, diferenças significativas entre os doadores, nas quais os países escandinavos recompensam receptores menos corruptos, enquanto os Estados Unidos não parecem prestar atenção à qualidade do governo dos países receptores e não foi encontrada uma relação significativa entre a ajuda bilateral per capita e a corrupção para o Japão.

Avaliando os artigos acima, observa-se que embora o escopo e impacto do programa de ajuda japonês atraiam com alguma frequência a atenção de estudiosos, há pouco consenso sobre as motivações da sua política de ajuda. Da perspectiva dos interesses do doador, considera-se tradicionalmente que o Japão concentra seus fluxos de ODA em países pelos quais possui interesses mercantis (Schraeder, Hook e Taylor 1998, Hook e Zhang 1998), de modo a facilitar e aprofundar as relações comerciais e econômicas com os países receptores. Seguindo essa linha de raciocínio, Szirmai (2005) afirma que a ajuda pode ser usada para apoiar empresas que exportam para países em desenvolvimento e para fomentar novos mercados de exportação. Ele insiste ainda que, às vezes, o único motivo é o autointeresse, com firmas em países doadores fazendo *lobby* para a concessão da ajuda como uma forma de crédito de exportação disfarçado.

Considerando os estudos acima mencionados, trabalharemos a partir da seguinte hipótese:

Hipótese 1. A ajuda externa japonesa é motivada por interesses econômicos e político-estratégicos, de modo que o Japão fornece mais ajuda para os países com os quais possui relações comerciais, laços coloniais e alianças políticas mais fortes.

Por outro lado, o olhar sobre as necessidades do receptor parece ganhar forças em anos mais recentes. Pesquisas a partir dessa perspectiva se concentraram em mudanças no contexto internacional e na sociedade civil japonesa para explicar a reorientação do Japão em direção ao humanitarismo. Arase (2005) observa que a ODA japonesa passou a refletir uma mudança fundamental no pensamento dentro da comunidade internacional de ajuda, na qual os formuladores de políticas agora se concentram mais no alívio da pobreza. Além disso, o valor modificado produzido pela crise econômica interna no Japão permitiu que as organizações não governamentais se tornassem mais ativas e influentes na formulação da política de ajuda (Hirata 2002). Como resultado do aumento das atividades das ONGs, atender às necessidades básicas dos países mais necessitados tornou-se uma meta importante no projeto de assistência japonesa.

Juntamente com a percepção da necessidade dos países destinatários, a perspectiva idealista também supõe que a ajuda está ligada aos direitos civis e políticos nos países receptores (Sato 1994, Rix 1996, Svensson 2000, Hirata 2002). De fato, a Carta de 1992 da ODA declarou que o Japão enfatizaria as preocupações humanitárias, especificamente a redução da pobreza, juntamente com a melhoria dos direitos humanos e da democracia ao formular políticas de ajuda (MOFA 1992). Posteriormente, o Ministério das Relações Exteriores do Japão (1995) afirmou que os países em desenvolvimento que buscam a liberalização política e a melhoria dos direitos humanos seriam recompensados, mas em caso de militares encenarem um golpe de Estado, a política de ajuda para esse país seria revisada. Portanto, pode-se esperar que o Japão aumente a ODA para países que estão experimentando liberalização política e que demonstrem um bom histórico de direitos humanos, mas diminua sua ODA para países que sofrem revezes nessas áreas (Okuizumi 1995).

Tendo isso em vista, nossa segunda e terceira hipótese de pesquisa são:

Hipótese 2. A ajuda externa japonesa é motivada pela necessidade econômica dos receptores e pelo seu bom desempenho político-institucional, de modo que fornece mais ajuda para países mais pobres, mais democráticos e menos corruptos.

Hipótese 3. A princípio, o programa japonês de assistência era orientado por interesses políticos e comerciais e, com o passar do tempo, passou a conferir maior foco nas necessidades econômicas e na qualidade das instituições políticas dos países beneficiários.

Ainda, no que tange especificamente o Japão, uma abordagem proeminente na literatura da ODA afirma que a política econômica externa japonesa é reativa à pressão estrangeira (*gaiatsu*) exercida pelos Estados Unidos (Calder 1988, Anderson 1993, Katada 1997, Miyashita 1999, 2003). Devido ao resultado da Segunda Guerra Mundial e à fragmentação no processo de formulação de política externa do Japão, seria racional responder ao *gaiatsu* norte-americano, assegurando, com isso, a segurança do país e os interesses das empresas multinacionais japonesas, que dependem de fortes trocas bilaterais e de relações de investimento com um acesso contínuo ao mercado norte-americano. Assim, elaboramos nossa quarta hipótese de pesquisa:

Hipótese 4. O Japão responde à pressão norte-americana na formulação de sua política de ajuda, conferindo a ODA em alinhamento com os Estados Unidos.

As diversas perspectivas sobre os determinantes da assistência japonesa são frequentemente apresentadas como explicações válidas e distintas de seu programa de ajuda. No entanto, poucos estudos tentaram testar simultaneamente as hipóteses geradas por essas perspectivas em uma análise abrangente dos fluxos de ajuda japoneses. Considerando a literatura e as hipóteses acima esboçadas, o objetivo deste trabalho é estimar um modelo amplo dos determinantes da alocação de ODA do Japão entre 1961 e 2015, e verificar a importância relativa dos interesses político-estratégicos deste país em relação à pobreza, instituições e políticas nos países em desenvolvimento aos quais fornece ajuda, bem como a importância relativa de fatores domésticos e internacionais na determinação do orçamento de ajuda externa.

4. MÉTODO E DADOS

Definidas as hipóteses, cabe agora detalhar os métodos que serão utilizados para os testes empíricos. Este estudo baseia-se em um conjunto de dados em painel que abrange 194 países, dos quais 153 são receptores de ODA japonesa, contabilizando 10.920 observações. O período de análise é de 1961 a 2015, sendo 1961 o ano que marca a entrada do Japão no Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e 2015 o ano mais recente com dados disponíveis.

Variável dependente

A variável dependente consiste nos desembolsos brutos de ODA do Japão, extraída do banco de dados *International Development Statistics* (OECD 2018). Para neutralizar o efeito da inflação, todos os valores para a variável foram convertidos em dólares norte-americanos a preço constante de 2014. Ainda, fizemos a substituição de valores 0 por 1 (para países que não receberam nenhum auxílio do Japão) antes de tomar o logaritmo da variável, a fim de evitar a falta de valores, assim como fizeram Alesina e Dollar (2000) e Dollar e Levin (2004).

Observa-se que, em alguns estudos relacionados, os compromissos, ao invés dos desembolsos, são escolhidos como variável dependente (ver, por exemplo, Isopi e Mavrotas 2006, Berthélemy 2006). Ambas as opções possuem vantagens intrínsecas. Os desembolsos refletem as transferências de recursos ocorrendo com mais precisão. Os compromissos, por sua vez, refletem melhor a decisão dos doadores, já que estes têm total controle sobre os compromissos, enquanto os desembolsos dependem em parte da disposição e da capacidade administrativa dos beneficiários de absorver os recursos fornecidos. Apesar dessas diferenças, Neumayer (2003) mostrou que é improvável que as estimativas sejam muito afetadas pela escolha entre compromissos ou desembolsos, pois ambos são altamente correlacionados.

Variáveis independentes

A seguir, listamos as variáveis explicativas. Elas foram escolhidas em termos de motivos de interesse próprio do doador, necessidade dos destinatários, desempenho político e outros fatores que podem ser estimulantes para a variável dependente. As variáveis monetárias e populacionais são transformadas em logaritmo⁷ para lidar com valores extremos

⁷ Supondo que a distribuição das variáveis em questão possui um viés (uma das extremidades elevadas e uma cauda longa), medidas como correlação ou regressão podem ser bastante influenciadas pelo pico da distribuição.

e as variáveis referentes à renda per capita e à população são expressas na forma linear e quadrática, conforme exemplo de Alesina e Dollar (2000) e Berthélemy e Tichit (2004).

Interesse do doador

De todos os possíveis motivos de interesse do doador, os comerciais e político-estratégicos podem ser considerados como componentes principais. Em relação aos primeiros, conforme mencionado anteriormente, a ajuda pode ser explorada como um instrumento de promoção de exportações. Alguns analistas supõem que o governo japonês vincula a ODA a empresas japonesas que operam no país receptor (Chan 1992, Rix 1996, Tuman e Emmert 1999), as quais importam produtos acabados do Japão. Por essa razão, pode-se esperar que o fluxo de ajuda seja associado às exportações do Japão para o país beneficiário e introduzimos a variável “*Exports*”.

Para além das exportações, as importações dos países em desenvolvimento também são reconhecidamente importantes para o Japão. Em primeiro lugar, uma vez que possui recursos naturais escassos, o Japão depende de outros países para garantir propriamente o consumo de recursos energéticos e minerais. Em segundo lugar, a mão de obra mais barata nos países em desenvolvimento são um atrativo para as empresas e indústrias japonesas. Desta forma, o Japão pode fornecer assistência para criar um relacionamento favorável com países que servem como base de importação de matérias primas ou como plataformas de baixos salários para as suas empresas (Chan 1992, Anderson 1993, Katada 1997). Sugere-se, portanto que as importações dos países em desenvolvimento também são uma importante estratégia comercial e inserimos a variável “*Imports*” como outra *proxy* para os motivos comerciais. Se as reivindicações neorrealistas forem válidas e os interesses econômicos existirem por detrás da determinação do auxílio, os sinais esperados para os coeficientes das variáveis “*Exports*” e “*Imports*” devem ser significativamente positivos.

Os motivos político-estratégicos, por sua vez, podem ser medidos pela lealdade política, a qual é influenciada tanto por laços históricos como por alinhamentos contemporâneos. Em relação aos laços históricos, a existência ou não de um passado colonial apresenta particular relevância na determinação dos fluxos de ajuda (Alesina e Dollar 2000). Além disso, tem sido sugerido que os formuladores de política poderiam ver a ODA como um meio de compensar as atrocidades e injustiças em países atacados e ocupados durante a

Desta forma, espera-se que o estreitamento considerável na amplitude dos valores das variáveis pela transformação em logaritmo torne as estimativas menos sensíveis a observações extremas.

Segunda Guerra Mundial (Tuman, Strand e Emmert 2009). Desta forma, incluímos a variável *dummy* “*Excolony*” que leva o valor 1 tanto para os países que foram colonizados pelo Japão quanto para países que sofreram invasões durante a guerra e 0, caso contrário.

Seguindo o exemplo de Alesina e Dollar (2000), adotamos a convergência de votação na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) como uma variável que explica a lealdade política contemporânea. De acordo com os autores, o padrão de votação na AGNU pode ser interpretado de duas maneiras: primeiramente, alguns doadores podem querer usar a ajuda como uma ferramenta para comprar votos na assembleia em seu próprio favor; em segundo lugar, o padrão de votação é correlacionado com a aliança e semelhança de interesse econômico e geopolítico. Em qualquer caso, ambas as interpretações são consistentes com a visão de que a ajuda é substancialmente usada para fins estratégicos. Para medir a semelhança de interesses entre pares dos membros das Nações Unidas, utilizamos o índice de afinidade das nações criado por Gartzke e Jo (2006) e o nomeamos “*UN friend*”. Se as determinações dos doadores de alocação de ajuda forem distorcidas por interesses políticos próprios, pode-se esperar que os coeficientes das variáveis “*Excolony*” e “*UN friend*” sejam significativamente positivos.

Necessidade dos destinatários

O motivo humanitário sugere que o fluxo de ODA também depende das necessidades percebidas nos países receptores. O fator de necessidade é particularmente óbvio em casos de desastres e emergências bem divulgados pela mídia, que tendem a aumentar a doação pública e privada. Desta forma, incorporamos ao nosso modelo a variável “*Disasters*”, extraída da *The International Emergency Disasters Database*, correspondente ao total de pessoas feridas, desabrigadas ou mortas por desastres naturais e tecnológicos em um determinado ano.

Ao mesmo tempo, os doadores de ODA devem estar cientes de aspectos mais estruturais e persistentes da necessidade de ajuda. Boschini e Olofsgård (2007) mediram a necessidade do recipiente em termos de expectativa de vida e índice de pobreza, encontrando um efeito positivo misto para o primeiro e um efeito insignificante para o segundo. Em nosso estudo, optamos por utilizar um indicador mais direto de necessidade: a renda per capita, tal como Alesina e Dollar (2000) e Berthélemy e Tichit (2004). Se a ajuda é alocada com base nas necessidades dos receptores, espera-se que os países que sofreram desastres recebam mais assistência, e que os países mais pobres recebam mais que os países ricos, de modo que o sinal esperado para a variável “*Disasters*” é positivo e para a variável “*GDPcap*”, negativo.

Desempenho político dos destinatários

Para além das necessidades do receptor, há um consenso de que a ajuda funciona melhor em um contexto de bom desempenho político-institucional, o qual envolve um ambiente com respeito aos direitos de propriedade privada, altamente aberto ao comércio exterior e investimento vigoroso na educação. Sob um ambiente político-institucional fraco, o uso eficiente dos recursos da sociedade é inibido. De fato, Collier e Dollar (2001) descobriram que, à medida que a governança é melhorada, o custo de redução da pobreza é diminuído, de modo que, para uma dada quantidade de ajuda, mais pessoas podem ser retiradas da pobreza.

Não há, no entanto, indicadores unânimes para mensurar a qualidade de governança. Alguns estudos (ver, por exemplo, Bethélemy e Tichit 2004) utilizaram os índices “liberdades civis” e “direitos políticos” elaborados pela *Freedom House* como formas de mensurar o desempenho político dos países receptores. Apesar de seu amplo uso por acadêmicos, formuladores de políticas e pelo público em geral, tem sido repetidamente argumentado (Scoble e Wiseberg 1981, Goldstein 1992, Maiwaring et al. 2001, Brooten 2013, Steiner 2014) que as classificações produzidas pela *Freedom House* são sistematicamente tendenciosas.

Cientes dessa limitação, optamos pela inclusão da pontuação aferida pela série de dados *Polity IV* como uma *proxy* de desempenho político, a qual nomeamos como “*Democracy*”. Trata-se de uma escala política unificada que varia de +10 (fortemente democrática) a -10 (fortemente autocrática) e, então, partimos do pressuposto de que, quanto mais democrático for o país beneficiário, maiores são as garantias de respeito aos direitos civis e políticos e, consequentemente, mais eficaz tenderá a ser a ajuda nesse país.

Ainda, entendemos que a boa governança também inclui baixos níveis de corrupção da burocracia nos países receptores. Apesar das intenções mais ou menos sinceras dos doadores, muitas vezes a assistência financeira não alcança os realmente necessitados no país em desenvolvimento, mas, invés disso, é desperdiçada em consumo público improdutivo (Banco Mundial 1997). Os argumentos apresentados por Casella e Eichengreen (1996) vão ainda mais longe e sugerem que a ajuda externa pode ser contraproducente se atrasar a adoção de políticas de estabilização e reformas. Assim, espera-se que o Japão também preste atenção ao índice de corrupção na decisão de alocação de ODA e incluímos a variável “*Corruption*”, extraída da base de dados *Varieties of Democracy*, cuja direção vai do menos para o mais

corrupto. Se as determinações de alocação de ajuda forem influenciadas pelo bom desempenho político dos receptores, espera-se que o coeficiente da variável “*Democracy*” seja positivo e de “*Corruption*”, negativo.

Gaiatsu

Conforme mencionado anteriormente, o Japão possui como peculiaridade o fato de ser altamente responsivo à reação dos Estados Unidos à sua política de ajuda externa e frequentemente muda o curso de ação sob pressão explícita ou tácita norte-americana, a fim de evitar uma ruptura na relação bilateral e salvaguardar a segurança do país e os interesses das empresas multinacionais japonesas (Orr 1990, Miyashita 1999). Se tal pressão altera os fluxos de ajuda externa japonesa, ela deve ser controlada em nossas estimativas. Não há, no entanto, um consenso sobre variáveis plausíveis para controlar tal influência.

Tuman, Strand e Emmert (2009) empregaram quatro medidas na tentativa de entender os interesses dos EUA nos desembolsos da ajuda japonesa: uma variável *dummy* para os países receptores que possuem fronteira compartilhada com um regime comunista; uma variável ordinal para a presença de militares norte-americanos no país receptor; uma *dummy* que leva o valor 1 se o país se enquadra na lista do Departamento de Estado dos EUA de patrocinadores Estatais do terrorismo em um determinado ano; e uma *dummy* para os anos em que os governos beneficiários implementaram programas de ajuste do Fundo Monetário Internacional. Em seu estudo, somente o coeficiente para a fronteira comunista esteve na direção positiva esperada e alcançou significância estatística; as demais variáveis não tiveram efeito significativo. No conjunto, a análise estatística sugere que a pressão dos Estados Unidos teve apenas um efeito parcial sobre o domínio securitário, uma descoberta que não é completamente consistente com as expectativas geradas pela literatura sobre o *gaiatsu*.

Em nosso estudo, então, partimos de uma abordagem diferente e incluímos a variável “*GrossODA_USA*” para verificar o quão alinhado é o programa de ajuda externa do Japão com a assistência fornecida pelos Estados Unidos. Partimos do pressuposto que a “pressão de pares” pode resultar em complementaridades; isto é, espera-se que os doadores aumentem o seu esforço de ajuda de acordo com o esforço de outros doadores (Mosley 1985). Se o coeficiente encontrado for positivo significativo, obteremos evidências de que o Japão e os Estados Unidos mudam sua alocação de ajuda na mesma direção.

Variáveis de controle

Para gerar estimativas confiáveis, controlamos outras possíveis influências no padrão de desembolso da ODA japonesa. Em primeiro lugar, devido ao efeito das diferenças no tamanho da população entre os países no conjunto de dados, sendo que países maiores tendem a receber mais ODA, incluímos a variável “*Population*”.

Também é provável que a inércia desempenhe um papel importante no tamanho da ajuda⁸. Uma vez que os projetos de assistência são tipicamente realizados ao longo de vários anos e o processo de decisão orçamental nos países doadores é complexo, é improvável que os orçamentos de ajuda mudem drasticamente no curto prazo. Além disso, esses ajustes também são limitados na medida em que os doadores querem ser vistos como parceiros fiáveis na cooperação internacional para o desenvolvimento. Assim, incluímos a variável dependente defasada “*Lagged DV*” no modelo para controlar a possibilidade de que a assistência recebida pelos beneficiários esteja associada aos desembolsos de ODA a anos anteriores.

Limitações de pesquisa

Também seria desejável testar as complementaridades e os efeitos de substituição entre a ODA e outros fluxos de transações internacionais, tais como os investimentos estrangeiros diretos (FDI) e a ajuda privada, visto que se acredita que as empresas e as instituições de caridade desempenham um papel cada vez mais importante no financiamento internacional do desenvolvimento (ver, por exemplo, Büthe et al. 2012). No entanto, não foi possível submeter as previsões teóricas a testes empíricos rigorosos, uma vez que não estão disponíveis dados abrangentes e consistentes sobre outras formas de ajuda.

⁸ Estudos prévios acham um efeito positivo em grande parte consistente do esforço de ajuda do passado no tamanho atual do orçamento (Beenstock, 1980; Mosley, 1985; Boschini e Olofsgård, 2007; Bertoli et al., 2008; Dreher e Fuchs, 2011; Fuchs et al., 2014).

Estatística descritiva

A seguir, disponibilizamos a estatística descritiva das variáveis selecionadas. Mais informações sobre suas definições e fontes podem ser conferidas no Apêndice 1.

Statistic	N	Mean	Std. Dev.	Min	Pctl(25)	Pctl(75)	Max
Exports	4.900	11.60	2.69	2.20	9.65	13.58	18.90
Imports	4.905	10.69	3.60	0.92	8.45	13.36	19.05
Excolony	10.920	0.08	0.27	0	0	0	1
UM Friend	6.527	0.72	0.25	-1.00	0.62	0.90	1.00
Disasters	10.920	4.20	4.76	0.00	0.69	8.07	19.66
GDPcap	7.800	8.17	1.52	4.76	6.95	9.39	11.88
Democracy	7.981	0.93	7.42	-10.00	-7.00	8.00	10.00
Corruption	8.055	0.49	0.28	0.01	0.23	0.74	0.97
Gross_ODA_USA	10.920	1.20	1.72	0.00	0.00	2.24	8.58
Population	9.015	15.34	2.15	8.74	14.24	16.73	21.04
Gross_ODA_JPN	10.920	1.03	1.81	0.00	0.00	1.87	5.33

Modelo econométrico

Nesta seção, definimos o modelo econométrico utilizado na estimação. O conjunto de dados para este estudo reúne observações de 194 países durante um período de 55 anos e, por isso, pode ser descrito como uma série temporal seccional cruzada (PCSTS). Estimar modelos com dados de PCSTS pode violar várias suposições do método clássico de regressão por mínimos quadrados ordinários (OLS). Os dados do PCSTS são propensos a apresentar problemas de heterocedasticidade do painel, correlação contemporânea das taxas de erro e autocorrelação (Beck e Katz 1995, Beck e Katz 2004).

Seguindo o estudo de Tuman, Strand e Emmert (2009), para corrigir o viés introduzido pela heterocedasticidade e pela correlação contemporânea, estimamos o modelo usando OLS e erros-padrões ajustados para painel (Beck e Katz 1995) e, para tratar a autocorrelação, estimamos o modelo com uma variável dependente defasada.

Modelo:

GrossODA_JPN =

$$\beta_0 + \beta_1 \text{Exports} + \beta_2 \text{Imports} + \beta_3 \text{Excolony} + \beta_4 \text{UN friend} + \beta_5 \text{Disasters} + \beta_6 \text{GDPcap} + \beta_7 \text{Democracy} + \beta_8 \text{Corruption} + \beta_9 \text{GrossODA_USA} + \beta_{10} \text{Population} + \beta_{11} \text{Lagged DV} + \varepsilon$$

Alternativamente, para uma verificação dupla, será utilizado o modelo Tobit, tal como fizeram os autores McGillivray e Oczkowski (1991), Berthélemy e Tichit (2004), Dollar e Levin (2004), Kim e Oh (2012) e, em parte, por Alesina e Dollar (2000) e Alesina e Weder (2002). A vantagem de Tobit sobre a regressão OLS consiste no fato de que o primeiro considera o valor zero na variável dependente não só como um número, mas como um código, dada a variável aleatória ser censurada com limite inferior. Na ocasião em que a variável dependente contém muitos zeros – como é o caso desta pesquisa, dada a inclusão de países que nunca receberam ODA bilateral do Japão – recomenda-se a aplicação de Tobit. Espera-se, assim, evitar um problema de viés de seleção, que pode ser uma questão fundamental na literatura. Os resultados deste modelo são apresentados no Apêndice 3.

5. RESULTADO E ANÁLISE

Figura 5 - Mapa da distribuição de ODA bruto do Japão no período de 1961 a 2015 (em milhões de US\$, a preços constantes de 2014)

Fonte: Autoria própria, com base em dados da OECD (2018)

Os resultados do modelo OLS são apresentados na tabela a seguir. A primeira coluna reporta a amostra geral, com todos os anos, enquanto as demais colunas reportam amostras reduzidas para verificar se houve mudanças no peso relativo das variáveis ao longo do tempo. Cabe ressaltar a necessidade de analisar os resultados do modelo geral com cautela, devido ao baixo número de observações. Além disso, não foi possível realizar testes para a década de 60 devido à falta de dados para a maioria das variáveis; já para as décadas de 70 e 80, foi possível rodar o modelo; porém, devido ao número de *missings*, optamos por não os incluir na tabela. Ainda, não há dados disponíveis sobre a convergência de votos na AGNU para os anos de 2010 a 2015, de modo que a variável “*UN friend*” foi excluída da última regressão.

MODELO OLS

	<i>Dependent variable:</i>			
	GrossODA_JPN			
	Geral (1)	Década 90 (2)	Década 2000 (3)	2010-2015 (4)
Exports	0.038*** (0.010)	0.152*** (0.021)	0.070*** (0.022)	0.157*** (0.031)
Imports	0.024*** (0.008)	0.044*** (0.016)	0.084*** (0.016)	0.094*** (0.020)
Ex colony	-0.080 (0.098)	0.532*** (0.204)	-0.209 (0.233)	0.261 (0.172)
UN friend	0.200*** (0.072)	0.183 (0.159)	0.403*** (0.150)	
Disasters	0.002 (0.003)	0.013** (0.006)	0.007 (0.007)	0.006 (0.006)
GDPcap	0.472*** (0.097)	1.714*** (0.212)	1.495*** (0.221)	0.917*** (0.319)
GDPcap2	-0.038*** (0.006)	-0.130*** (0.014)	-0.115*** (0.014)	-0.090*** (0.019)
Democracy	-0.0004 (0.002)	0.004 (0.005)	0.005 (0.006)	0.001 (0.007)
Corruption	-0.143** (0.069)	-0.371** (0.149)	-0.411** (0.166)	-0.215 (0.215)
GrossODA_USA	0.067*** (0.009)	0.118*** (0.017)	0.218*** (0.019)	0.434*** (0.026)
Population	-0.349** (0.149)	0.188 (0.315)	-1.226*** (0.364)	-2.118*** (0.402)
Population2	0.011** (0.005)	-0.007 (0.010)	0.038*** (0.011)	0.062*** (0.012)
Lagged DV	0.836*** (0.011)	0.610*** (0.019)	0.450*** (0.021)	0.143*** (0.019)
Constant	0.997 (1.286)	-7.901*** (2.719)	4.161 (3.153)	14.491*** (3.805)
Observations	2,455	1,128	1,139	894
R ²	0.886	0.780	0.707	0.713
Adjusted R ²	0.885	0.778	0.703	0.709
F Statistic	1,458.140*** (df = 13; 2441)	303.956*** (df = 13; 1114)	208.416*** (df = 13; 1125)	181.993*** (df = 12; 881)

Note:

$p < 0.1$; $p < 0.05$; $p < 0.01$

Em relação aos interesses econômicos do Japão, os coeficientes para a relação entre as exportações e importações são positivos e estatisticamente significativos para todos os períodos analisados. Em outras palavras, os países com uma proporção maior de exportações e/ou importações para o Japão receberam mais ODA, em média, em comparação a países com os quais o Japão teve pouca ou nenhuma troca comercial, corroborando a sabedoria convencional de que os interesses econômicos do Japão desempenham um papel importante no programa de ajuda. Por um lado, a ajuda pode ser explorada como um instrumento para a promoção de exportações, ao mesmo tempo em que pode ser utilizada para criar um relacionamento favorável com países dos quais o Japão importa matérias primas ou contrata mão de obra barata.

Para completar a análise sob a perspectiva de interesses do doador, o coeficiente para as ex-colônias mostrou-se positivo e significativo na década de 1990 enquanto o de convergência de votação na Assembleia Geral da ONU mostrou-se positivo e significativo no modelo geral e na década de 2000. Tal resultado corrobora em parte os achados de Alesina e Dollar (2000), os quais afirmam que o Japão tende a fornecer 80% a mais de ajuda para os países com os quais possui laços coloniais e 345% mais ajuda para os países que votaram em conjunto com o Japão na AGNU, para o período de 1970 a 1994. As diferenças encontradas em relação ao período de anos em nosso estudo parecem indicar que o peso relativo dos laços históricos na década de 1990 deu lugar a uma maior importância ao alinhamento político na década de 2000. Tal suposição, no entanto, carece de estudos mais aprofundados sobre o assunto, tendo em vista a nossa limitação de dados.

Não foi possível, portanto, rejeitar a primeira hipótese de pesquisa e consideramos que a ajuda externa japonesa é motivada por interesses econômicos e político-estratégicos, com o Japão fornecendo mais ajuda para os países com os quais possui relações comerciais, laços coloniais e alianças políticas mais fortes.

Em relação às necessidades dos receptores, observamos que a variável correspondente a desastres possui a direção esperada, mas alcança significância somente na década de 90. Já a renda per capita é expressa tanto linear quanto quadraticamente, seguindo os trabalhos de Alesina e Dollar (2000), Berthélemy e Tichit (2004), Cooray, Gottschalk e Shahiduzzaman (2005) e Kim e Oh (2012). A relação encontrada entre a renda per capita e a ODA é linearmente positiva, mas quadraticamente negativa, o que significa que a alocação de ODA do Japão segue um modelo de retornos marginais decrescentes, com efeito mais intenso em

países com menor riqueza e maior intensidade em países com maior riqueza. Em outras palavras, a alocação de ODA do Japão está aumentando a uma taxa decrescente em relação à renda dos beneficiários. Esse padrão é consistente em todas as regressões ao longo dos grupos de anos e a orientação do governo, neste ponto, reflete basicamente os interesses do doador.

Tal resultado está em conformidade com o estudo de Alesina e Dollar (2000), para os quais a ajuda japonesa aumenta com a renda até um nível de renda per capita de cerca de US\$1.500 e depois declina, fazendo com o Japão figure dentre os países com menor elasticidade para a renda dos beneficiários. Por outro lado, o resultado é contrário à conclusão de Tuman, Strand e Emmert (2009) de que a ODA japonesa está mais concentrada em países de renda baixa, seguida por uma inclinação negativa acentuada dos fluxos de ajuda à medida que o PIB per capita do país beneficiário aproxima-se de US\$1.000.

Das variáveis que mensuram o desempenho político dos destinatários, a democracia não apresentou significância em nenhum dos períodos analisados, demonstrando que o Japão atribui pouco ou nenhum peso a esse fator na determinação de seus fluxos de ajuda. A variável de corrupção, por sua vez, apresentou coeficiente com sinal esperado e atingiu significância durante a maior parte do período analisado, indicando que governos menos corruptos receberam mais ajuda externa do Japão.

Desta forma, rejeitamos em parte a segunda hipótese de pesquisa de que a ajuda japonesa é motivada pela necessidade econômica dos receptores e pelo seu bom desempenho político-institucional. Nossas estimativas mostram que o Japão tende a concentrar seus fluxos de ajuda em países em desenvolvimento de renda relativamente mais alta e em países com menores índices de corrupção.

Em seguida, vemos que a relação entre a ODA japonesa e a ODA dos Estados Unidos é positiva e significativa para todos os anos. O fato de ambos os países alocarem ajuda na mesma direção é coerente com os pressupostos trazidos pela literatura sobre *gaiatsu*, de modo que não rejeitamos a hipótese 4. Consideramos, portanto, que o Japão responde à pressão norte-americana na formulação de sua política de ajuda e confere seus fluxos de ODA em alinhamento com os Estados Unidos.

Em relação às variáveis de controle, o coeficiente negativo da variável de população revela que países pequenos tendem a receber mais assistência do Japão. Uma ampla gama de razões pode ser oferecida na explicação desse viés, desde a diminuição dos benefícios

marginais da ajuda à medida que a população aumenta, até a capacidade limitada dos países grandes de absorver quantidades adicionais de ajuda (Neumayer 2003). A potencial maior eficácia da ajuda externa, portanto, pode justificar a escolha do Japão em prover um maior orçamento a países menos populosos.

Por fim, como esperado, o coeficiente da variável dependente defasada é positivo e estatisticamente significativo. Os desembolsos de ODA para os países receptores foram consistentes de ano para ano para os períodos sob análise estatística, uma constatação coerente com o padrão de incrementalismo orçamentário no programa de ODA.

Em resumo, os coeficientes positivos de renda, exportação e importação indicam que o Japão dá ajuda a países em desenvolvimento de renda mais alta e com os quais possui relações comerciais. Desta forma, podemos afirmar que a alocação de ODA do Japão mostra um padrão consistente com seus interesses econômicos. Essa descoberta pode ser contraditória com as atuais políticas governamentais de minimizar os interesses do doador e enfatizar as visões humanitárias. Ao mesmo tempo, o coeficiente negativo para a corrupção indica que o Japão também presta atenção ao desempenho político dos países aos quais fornece assistência.

Além disso, os resultados mostram que a maioria das colunas tem resultados semelhantes. Os coeficientes de exportação, importação, renda e ajuda norte-americana são consistentes em todas as regressões. Coeficientes para ex-colônias, democracia e população mostram sinais mistos, mas eles não parecem ser relevantes em termos de significância estatística. Isso indica que não há quebras estruturais significativas na escolha de alocação de ODA do Japão com base na década, com exceção em relação aos laços coloniais e ao padrão de votação na AGNU, já discutidos anteriormente. Nossas estimativas não apontam que o programa japonês de assistência passou a conferir maior foco nas necessidades econômicas e na qualidade das instituições políticas dos países beneficiários em detrimento dos interesses políticos e comerciais do próprio Japão, de modo que rejeitamos a hipótese 3.

Não obstante, se houve quebras de orientação dentro do período analisado, as descobertas aqui não são consistentes. Por esse motivo, embora esteja fora do escopo deste trabalho, ressaltamos a importância da realização de estudos de caso em pesquisas futuras para aprofundar o entendimento sobre a política ajuda externa japonesa.

6. CONCLUSÃO

Observa-se que o Japão tem uma história única na área de ajuda externa, tendo sido um país beneficiário após a Segunda Guerra Mundial e se tornado um dos principais doadores de assistência oficial para o desenvolvimento (ODA) em um curto período de tempo. Em pouco mais de sessenta anos após seu início em 1964, seu programa de ajuda foi transformado significativamente. À medida que o papel político e econômico de Tóquio se expandiu, também a lógica de sua política de assistência se tornou mais complexa e as prioridades econômicas como preocupação única deram lugar a uma variedade de considerações, incluindo as necessidades de desenvolvimento econômico estrangeiro, fatores normativos internacionais, metas estratégicas nacionais e objetivos humanitários.

Tendo isso em vista, o presente estudo propôs-se a analisar o desenvolvimento do programa de ajuda japonês a partir de duas frentes: do doador e dos receptores. Utilizando dados em painel abrangendo 153 países beneficiários, buscamos identificar a importância relativa dos interesses do doador, das necessidades e do desempenho político-institucional dos receptores, e da pressão externa exercida pelos Estados Unidos na alocação da assistência oficial para o desenvolvimento do Japão.

Nossos resultados corroboram a sabedoria convencional de que o programa de ajuda do Japão é motivado por interesses econômicos e político-estratégicos. As variáveis para as trocas comerciais mostraram-se particularmente importantes, apoiando a visão de que a ajuda externa pode ser explorada tanto como um instrumento para a promoção de exportações, quanto para criar um relacionamento favorável com países de origem de importações. Da mesma forma, a pressão externa mostra influência na determinação do programa de ajuda, com o Japão conferindo seus fluxos de ODA em alinhamento com os Estados Unidos.

Por outro lado, variáveis relacionadas à pobreza e à democracia nos países destinatários não exerceram influência significativa, colocando em cheque os objetivos humanitários da ajuda. Por fim, nossas estimativas mostram que o Japão tende a concentrar a assistência em países em desenvolvimento de renda relativamente mais alta, países menos populosos e países com menores índices de corrupção, indicando que o governo busca formas de otimizar a eficácia de sua ajuda externa.

A despeito dos achados empíricos, destaca-se que algumas das abordagens e valores defendidos consistentemente pelo Japão em décadas recentes foram destacadas nos Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável acordados em setembro de 2015. Eles incluem, por exemplo, o papel central do setor privado no desenvolvimento, a importância da infraestrutura, o desenvolvimento de recursos humanos e a necessidade essencial de aumentar a segurança humana. Como a comunidade internacional busca um novo começo em direção aos objetivos recém-acordados, espera-se que essa revisão da ODA do Japão seja de interesse para um grande público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKIYAMA, Takamasa; NAKAO, Takehiko. *Adapting to the issues and challenges of the new aid environment*. FASID Discussion Paper on Development Assistance, No. 8 (October, 2005).
- ALESINA, Alberto; DOLLAR, David. *Who gives foreign aid to whom and why?* Journal of Economic Growth, Vol. 5 (March 2000), pp. 33-63.
- ALESINA, Alberto; WEDER, Beatrice. *Do corrupt governments receive less foreign aid?* The American Economic Review, Vol. 92, No. 4 (September 2002), pp. 1126-1137.
- ANDERSON, Stephen. *Latin America: Japan's complementary strategy*. Japan's Foreign Aid: Power and Policy in a New Era, ed. Koppel, Bruck and Orr, Robert. Boulder: Westview Press, 1993.
- ARASE, David (Ed.). *Japan's foreign aid: Old continuities and new directions*. New York, Routledge, 2005.
- AUER, James E. *Article Nine: Renunciation of War*. In LUNEY JR., Percy R.; TAKAHASHI, Kazuyuki (Eds.). Japanese Constitutional Law. Tokyo: University of Tokyo Press, 1993).
- BECK, Nathaniel; KATZ, Jonathan. *Time-series cross-section issues: Dynamics*, 2004. Working Paper, Department of Politics, New York University, 2004
- _____. *What to do (and not to do) with time-series cross-section data*. American Political Science Review 89, 3: 634–647, 1995
- BERTHÉLEMY, Jean-Claude. *Bilateral donor's interest vs. recipients' development motives in aid allocation: Do all donors behave the same?* Review of Development Economics, vol. 10, issue 2, p179-194, 2006
- BERTHÉLEMY, Jean-Claude; TICHIT, Ariane. *Bilateral donors' aid allocation decisions: A three-dimensional panel analysis*. International Review of Economics and Finance 13: 253-274, 2004.
- BLACK, Lloyd. *The strategy of foreign aid*. Princeton, NJ: Van Nostrand, 1968
- BOSCHINI, Anne; OLOFSGARD, Anders. *Foreign aid: An instrument for fighting communism?* Journal of Development Studies, Vol. 43, Issue 4 (2007), pp. 622–648.
- BROOTEN, Lisa. *The problem with human rights discourse and "freedom" indicators: The case of Burma/Myanmar media*. International Journal of Communication, vol. 7, 2013
- BURNSIDE, Craig; DOLLAR, David. *Aid, policies and growth*. The American Economic Review, Vol. 90, No. 4 (September 2000), pp. 847-868.
- BÜTHE, Tim; MAJOR, Solomon; SOUZA, André de M. *The politics of private foreign aid: Humanitarian principles, economic development objectives, and organizational interests in the allocation of private aid by NGOs*. International Organization, Vol. 66, No. 4 (Fall 2012), pp. 571-607.

CALDER, Kent. *Japanese foreign economic policy formation: Explaining the reactive State*. World Politics 40, 2: 517–541, 1988

CANAVIRE, Gustavo; NUNNENKAMP, Peter; THIELE, Rainer; TRIVEÑO, Luis. *Assessing the allocation of aid: Development concerns and the self-interest of donors*. Working Paper No. 1253. Kiel, Keil Institute for World Economics, 2005

CASELLA, Alessandra; EICHENGREEN, Barry. *Can foreign aid accelerate stabilization?* The Economic Journal, vol. 106, no. 436, p. 605-619, 1996

CHAN, Steve. *Humanitarianism, mercantilism, or comprehensive security? Disbursement patterns of Japanese foreign aid*. Asian Affairs 19, 2: 3–17, 1992

CINGRANELLI, David. *Ethics, American foreign policy and the Third World*. New York: St. Martin's Press, 1993

CLEMENS, Michael; RADELET, Steven; BHAVNANI, Rikhil. *Counting chickens when they hatch: The short-term effect of aid on growth*. Working Paper No. 44, Center for Global Development, 2004

COLLIER, Paul; DOLLAR, David. *Can the world cut poverty in half? How policy reform and effective aid can meet international development goals*. World Development, vol. 29, issue 11, p.1787-1802, 2001

_____. *Development effectiveness: What have we learnt?* The Economic Journal, Vol. 114 (June 2004), pp. 244-271.

COORAY, N. S., SHAHIDUZZAMAN M. *Determinants of Japanese aid allocation: An econometric analysis*. IUJ Research Institute Working Paper, International Development Series, 2004

COORAY, Nawalage; GOTTSCHALK, Ricardo; SHAHIDUZZAMAN, Md. *Will Japan increase aid and improve its allocation to help the poorer countries achieve the Millennium Development Goals?* IDS Working Paper 243. Brighton, UK: Institute of Development Studies, 2005

DOLLAR, David; LEVIN, Victoria. *The increasing selectivity of foreign aid, 1984-2002*. Policy Research Working Paper 3299, World Bank, 2004

DOUCOULIAGOS, Hristos; PALDAM, Martin. *Finally a breakthrough? The recent rise in the size of the estimates of aid effectiveness*. In Arvin, B. Mak and Lew, Byron (ed), *Handbook on the economics of foreign aid*, Edward elgar, Cheltenham, Eng., pp.325-349, 2015

_____. *The aid effectiveness literature: The sad results of 40 years of research*. Journal of Economic Surveys, Vol. 23, No. 3 (2009), pp. 433-461.

_____. *The ineffectiveness of development aid on growth: An update*. European Journal of Political Economy, vol. 27, issue 2, p.399-404, 2011

DOWER, John. *Embracing defeat: Japan in the wake of World War II*. New York, W.W. Norton, 1999

EBERSTADT, Nicholas. *Foreign aid and American purpose*. Washington, DC: American Enterprise Institute, 1988

FUCHS, Andreas; DREHER, Axel; NUNNENKAMP, Peter. *Determinants of donor generosity: A survey of the aid budget literature*. Kiel Working Paper, No. 1789 (2012).

GARTZKE, Eric; JO, Dong-Joon. *The affinity of nations index, 1946-2002*. New York, NY: Columbia University, 2006. Data updated (to 2008) April 12, 2010.
<http://pages.ucsd.edu/~egartzke/htmlpages/data.html> accessed 10/09/2018

GILPIN, Robert. *The political economy of International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987

GOLDSTEIN, Robert. *The limitations of using quantitative data in studying human rights abuses*, in T. B. Jabine and R. P. Claude (Eds) *Human Rights and Statistics: Getting the Record Straight* (Philadelphia, Pa: University of Pennsylvania Press), p. 35–61, 1992

HANSEN, Henrik; TARP, Finn. *Aid and growth regressions*. *Journal of Development Economics*, vol. 64, issue 2, 547-570, 2001

HIRATA, Keiko. *Civil society in Japan: The growing role of NGOs in Tokyo's aid and development policy*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

HOEFFLER, Anke; OUTRAM, Verity. *Need, merit, or self-interest: What determines the allocation of aid?* *Review of Development Economics*, vol. 15, issue 2, p.237-250, 2011

HOOK, Steven; ZHANG, Guang. *Japan's aid policy since the Cold War: Rhetoric and reality*. *Asian Survey* 38, 1: 1051–1066, 1998

ISOPI, Alessia; MAVROTAS, George. *Aid allocation and aid effectiveness*. WIDER Research Discussion No. 2006/07. Helsinki: UNU-WIDER, 2006

KATADA, Saori. *Two aid hegemons: Japanese-U.S. interaction and aid allocation to Latin America and the Caribbean*. *World Development* 25, 6: 931–945, 1997

KATO, Hiroshi. *Japan's ODA 1954-2014: Changes and continuities in a Central instrument in Japan's foreign policy*. In SHIMOMURA, Yasutami; PAGE, John; KATO, Hiroshi (Eds.). *Japan's development assistance: Foreign aid and the post-2015 agenda*. Springer, 2016.

KEGLEY, C. W. *The neoidealist moment in international studies? Realist myths and the new international realists*. *International Studies Quarterly* 37: 131-146, 1993

KIM, Eun Mee; OH, Jinhwan. *Determinants of foreign aid: The case of South Korea*. *Journal of East Asian Studies* 12, 251-273, 2012

KOPPEL, Bruck; ORR, Robert (Eds.). *Japan's foreign aid: Power and policy in a new era*. Boulder, Westview Press, 1993.

LANCASTER, Carol. *Foreign aid: Diplomacy, development, domestic politics*. University of Chicago Press, 2008.

LUMSDAINE, David H. *Moral vision in international politics: The foreign aid regime, 1949-1989*. Princeton University Press, 1993.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑAN, Aníbal. *Classifying political regimes in Latin America, 1945–1999*. Studies in Comparative International Development, 36(1), pp. 37–65, 2001

MCGILLIVRAY, Mark; OCZKOWSKI, Edward. *Modelling the allocation of Australian bilateral aid: A two-part sample selection approach*. The Economic Record 67: 147-151, 1991

MCKINLAY, R. D.; LITTLE, Richard. *A foreign policy model of the distribution of British bilateral aid*. British Journal of Political Science 8, 3: 313-332, 1978a

_____. *A foreign policy model of U.S. bilateral aid allocation*. World Politics 30, 1: 58-86, 1977

_____. *The French aid relationship: A foreign policy model of the distribution of French bilateral aid*. Development and Change 9: 459- 478, 1978b

_____. *The U.S. aid relationship: A test of the recipient need and donor interest models*. Political Studies 27, 2: 236-250, 1979

MIYASHITA, Akitoshi. *Gaiatsu and Japan's foreign aid: Rethinking the reactive-proactive debate*. International Studies Quarterly 43, 695-732, 1999

_____. *Limits to power: Asymmetric dependence and Japanese foreign aid policy*. Lexington Books, 2003

MOFA (Ministry of Foreign Affairs, Government of Japan). *Japan's Official Development Assistance Charter: Cabinet Decisions, June 30, 1992*. Tokyo: MOFA, 1992

_____. *Japan's Official Development Assistance: Annual Report*. Tokyo: MOFA, 1995

_____. *Japan's Official Development Assistance Charter*. Tokyo: Economic Cooperation Bureau, 2004

_____. *Japan's Official development assistance "Accomplishment and progress of 50 years"*. Tokyo, MOFA, March 2005.

_____. *Japan's Official Development Assistance: Development Cooperation Charter*. Tokyo, MOFA, November 2015.

MOSLEY, Paul. *The political economy of foreign aid: A model of the market for a public good*. Economic Development and Cultural Change, Vol. 33, No. 2 (January 1985), pp. 373–393.

NEUMAYER, Eric. *The pattern of giving aid: The impact of good governance on development assistance*. Routledge Studies in Development Economics 34. London and New York, 2003

OKUIZUMI, Kaoru. *Implementing the ODA Charter: Prospects for linking Japanese economic assistance and human rights*. New York University Journal of International Law and Politics 27, 2: 367–409, 1995

OLSEN, Gorm. *The aid policy process of a 'humane internationalist': The Danish example*. Journal of International Development, vol. 10, issue 5, p.607-619, 1998

ORR, Robert M. *The emergence of Japan's foreign aid power*. Columbia University Press, 1990.

Ozawa, Terutomo. *Recycling Japan's surpluses for developing countries*. Development Centre of OECD, Paris, 1989

RAJAN, Raghuram; SUBRAMANIAN, Arvind. *Aid and growth: What does the cross-country evidence really show?* The Review of Economics and Statistics, vol. 90, no. 4, p. 643-665, 2008

RIX, Alan. *Japan's foreign aid challenge: policy reform and aid leadership*. New York: Routledge, 1993.

_____. *Japan's emergence as a foreign-aid superpower*. Foreign Aid Toward the Millennium, ed. Hook, Steven W. Boulder: Lynne Rienner, 1996

ROODMAN, David. *An index of donor performance*. Center for Global Development, Working Paper 67 (2006).

_____. *Toward an improved measure of official development assistance*. Retrieved September, Vol. 9 (2015).

SATO, Yasunobu. *New directions in Japanese foreign policy: Promoting human rights and democracy in Asia: ODA perspective*. The Politics of Democratization, ed. Friedman, Edward. Boulder: Westview Press, 1994

SCHRAEDER, Peter; HOOK, Steven; TAYLOR, Bruce. *Clarifying the foreign aid puzzle: A comparison of American, Japanese, French, and Swedish aid flows*. World Politics 50, 2: 294–323, 1998

SCOBLE, Harry; WISEBERG, Laurie. *Problems of comparative research on human rights*, in: V. P. Nanda, J. R. Scarritt, and G. W. Shepherd (Eds) *Global Human Rights: Public Policies, Comparative Measures, and NGO Strategies* (Boulder, CA: Westview Press), pp. 147–171, 1981

STEINER, Nils. *Comparing Freedom House democracy scores to alternative indices and testing for political bias: Are US allies rated as more democratic by Freedom House?* Journal of Comparative Policy Analysis, 2014

SVENSSON, Jakob. *Foreign aid and rent-seeking*. Journal of International Economics, vol. 51, p. 437–461, 2000

SZIRMAI, Adam. *The dynamics of socio-economic development*. Cambridge University Press, 2005

THE WORLD BANK. *The State in a Changing World*, World Development Report 1997, The World Bank and Oxford University Press, 1997

TISCH, S. J., WALLACE B. M. *Dilemmas of development assistance: The what, why, and who of foreign aid*. Westview Press, Boulder, 1994

TSUNEKAWA, Keiichi. *Objectives and institutions for Japan's official development assistance (ODA): Evolution and challenges*. JICA Research Institute, Working Paper No. 66, 2014.

TUMAN, John; STRAND, Jonathan; EMMERT, Craig. *The disbursement pattern of Japanese foreign aid: A reappraisal*. Journal of East Asian Studies 9, 2: 219-248, 2009

TUMAN, John; EMMERT, Craig. *Explaining Japanese foreign direct investment in Latin America, 1979–1992*. Social Science Quarterly 80, 3: 539–555, 1999

YASUTOMO, Dennis. *The manner of giving: strategic aid and Japanese foreign policy*. Lexington: Lexington Books, 1986.

APÊNDICE 1. TABELA DE VARIÁVEIS

Variável	Definição	Fonte
<i>GrossODA_JPN</i>	Logaritmo de [ODA total real do Japão (em milhares de US\$ constantes a preço de 2014) + 1]	International Development Statistics (DAC/OECD 2018)
<i>Exports</i>	Logaritmo das exportações do Japão para o país receptor (em milhares de US\$)	World Integrated Trade Solution (Banco Mundial 2018)
<i>Imports</i>	Logaritmo das importações do país receptor pelo Japão (em milhares de US\$)	World Integrated Trade Solution (Banco Mundial 2018)
<i>Excolony</i>	<i>Dummy</i> que leva o valor 1 tanto para os países que foram formalmente colonizados pelo Japão quanto para países que sofreram invasões durante o período da Segunda Guerra Mundial.	Estimativa própria baseada em Dower (1999)
<i>UN friend</i>	Os dados de afinidade são codificados com o indicador “S” (Gartzke e Jo 2006) a partir de duas categorias de votação na AGNU (1 = “sim” ou aprovação para um problema; 2 = “não” ou desaprovação para um problema). Os valores variam de -1 (interesses menos semelhantes) a 1 (interesses mais semelhantes)	Gartzke e Jo (2006)
<i>Disasters</i>	Logaritmo do número total de pessoas afetadas por desastres naturais e tecnológicos (soma de mortos, feridos e desabrigados)	Emergency Events Database (2018)
<i>GDPcap</i>	Produto interno bruto dividido pela população no meio do ano (em US\$ constantes de 2010)	Indicadores de Desenvolvimento Mundial (Banco Mundial 2016)
<i>Democracy</i>	A pontuação do Polity é calculada subtraindo a pontuação de AUTOC da pontuação do DEMOC. A escala de política unificada resultante varia de +10 (fortemente democrática) a -10 (fortemente autocrática)	Polity IV Annual Time Series, 1800-2016 (2017)
<i>Corruption</i>	O índice de corrupção é obtido tomando-se a média do (a) índice de corrupção do setor público; (b) índice de corrupção executiva; (c) o indicador de corrupção legislativa; e (d) o indicador de corrupção judicial. A direção do índice vai do menos corrupto para o mais corrupto	Varieties of Democracy Dataset version 7.1 (2017)
<i>GrossODA_USA</i>	Logaritmo de [ODA total real dos Estados Unidos (em milhares de US\$ constantes a preço de 2014) + 1]	International Development Statistics (DAC/OECD 2018)
<i>Population</i>	Logaritmo do número total de todos os residentes independentemente de estatuto legal ou cidadania. Os valores mostrados são estimativas do meio do ano	Indicadores de Desenvolvimento Mundial (Banco Mundial 2016)
<i>Lagged DV</i>	Variável dependente defasada em 1 ano	Estimativa própria

APÊNDICE 2. TESTES DE DIAGNÓSTICO DO MODELO

O código abaixo testa a hipótese nula de que não há a necessidade de incluir efeitos fixos por ano. Foi feito o teste do Multiplicador de Lagrange para dependência temporal. Os p-valores de todos os testes estão acima de 0.05, demonstrando que não é preciso incluir *dummies* para os anos. Os resultados demonstram que não temos evidência para rejeitar essa hipótese nula para nenhum dos modelos.

Modelo Geral

Lagrange Multiplier Test - time effects (Breusch-Pagan) for unbalanced panels

data: $I(\log(\text{GrossODA_JPN})) \sim I(\text{lag}(\log(\text{GrossODA_JPN} + \dots$

chisq = 1.6588, df = 1, p-value = 0.1978

alternative hypothesis: significant effects

Década de 1990

Lagrange Multiplier Test - time effects (Breusch-Pagan) for unbalanced panels

data: $\log(\text{GrossODA_JPN}) \sim I(\text{lag}(\log(\text{GrossODA_JPN} + \dots$

chisq = 0.48046, df = 1, p-value = 0.4882

alternative hypothesis: significant effects

Década de 2000

Lagrange Multiplier Test - time effects (Breusch-Pagan) for unbalanced panels

data: $\log(\text{GrossODA_JPN}) \sim I(\text{lag}(\log(\text{GrossODA_JPN} + \dots$

chisq = 2.7498, df = 1, p-value = 0.09727

alternative hypothesis: significant effects

2010-2015

Lagrange Multiplier Test - time effects (Breusch-Pagan) for unbalanced panels

data: $\log(\text{GrossODA_JPN}) \sim I(\text{lag}(\log(\text{GrossODA_JPN} + \dots$

chisq = 1.1549, df = 1, p-value = 0.2825

alternative hypothesis: significant effects

APÊNDICE 3. MODELO TOBIT

	<i>Dependent variable:</i>			
	GrossODA_JPN			
	Geral	Década 90	Década 2000	2010-2015
	(1)	(2)	(3)	(4)
Exports	0.267*** (0.012)	0.332*** (0.024)	-0.044* (0.024)	0.186*** (0.027)
Imports	0.019* (0.010)	-0.003 (0.014)	0.110*** (0.017)	0.118*** (0.018)
Excolony	1.269*** (0.177)	0.869*** (0.214)	0.868 (0.567)	0.118 (0.168)
UN friend	0.475*** (0.115)	-0.055 (0.174)	0.113 (0.193)	
Disasters	0.003 (0.005)	0.002 (0.006)	0.010 (0.007)	0.013* (0.007)
GDPcap	5.150*** (0.142)	5.165*** (0.221)	5.253*** (0.248)	3.573*** (0.544)
GDPcap2	-0.361*** (0.009)	-0.366*** (0.015)	-0.367*** (0.016)	-0.276*** (0.035)
Democracy	0.010*** (0.003)	0.028*** (0.004)	0.033*** (0.005)	0.012 (0.007)
Corruption	0.023 (0.079)	-0.658*** (0.109)	-0.840*** (0.142)	0.358** (0.176)
GrossODA_USA	0.236*** (0.007)	0.141*** (0.015)	0.328*** (0.014)	0.522*** (0.020)
Population	0.685*** (0.233)	0.601** (0.254)	-1.233*** (0.426)	-4.279*** (0.419)
Population2	-0.020*** (0.007)	-0.016** (0.008)	0.042*** (0.014)	0.125*** (0.013)
Lagged DV	0.001*** (0.0001)	0.0003* (0.0002)	-0.0001 (0.0002)	0.00000 (0.0002)
logSigmaMu	-0.069*** (0.018)	0.108*** (0.023)	0.123*** (0.031)	-0.103*** (0.039)
logSigmaNu	-0.228*** (0.008)	-0.389*** (0.016)	-0.308*** (0.013)	-0.480*** (0.020)
Constant	-25.970*** (1.912)	-24.980*** (2.137)	-8.481** (3.592)	22.696*** (4.165)
Observations	2,455	1,128	1,139	894
Log Likelihood	-2,524.077	-1,109.531	-1,147.685	-752.040
Akaike Inf. Crit.	5,080.153	2,251.063	2,327.369	1,534.079
Bayesian Inf. Crit.	5,173.048	2,331.514	2,407.976	1,606.015

Note:

$p < 0.1$; $p < 0.05$; $p < 0.01$

APÊNDICE 4. RESÍDUOS VS. AJUSTADOS - TOBIT

O gráfico a seguir mostra a relação entre os resíduos do modelo e os valores ajustados. Em uma regressão ideal, esta nuvem de pontos não teria uma forma definida e não seria possível detectar tendência nos dados. O gráfico mostra que o modelo não tem problemas graves de ajuste, mas também não é ideal. No mundo real, é comum que esses gráficos tenham algum desvio em relação ao ideal, já que é raríssimo obter um modelo com especificação 100% perfeita.